

**AgRg no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.466 - ES
(2019/0264981-9)**

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : REGIS RIBEIRO
ADVOGADO : PATRÍCIA DOS SANTOS FERREIRA CAVALCANTI -
ES018442
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EMENTA

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. TRÁFICO. APLICAÇÃO DO REDUTOR PREVISTO NO ART. 33, § 4.º, DA LEI N. 11.343/2006. AFASTAMENTO DEDICAÇÃO DO AGENTE À ATIVIDADE CRIMINOSA. INQUÉRITOS POLICIAIS E AÇÕES PENAIS EM CURSO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Inexiste maltrato ao princípio da colegialidade, pois, consoante disposições do Código de Processo Civil e do Regimento Interno desta Corte, o relator deve fazer um estudo prévio da viabilidade do recurso especial, além de analisar se a tese encontra plausibilidade jurídica, uma vez que a parte possui mecanismos processuais de submeter a controvérsia ao colegiado por meio do competente agravo regimental. Ademais, o julgamento colegiado do recurso pelo órgão competente supera eventual mácula da decisão monocrática do relator.

2. A teor do entendimento firmado na Terceira Seção desta Corte Superior, ao julgar o EREsp n. 1.431.091/SP, em sessão realizada no dia 14/12/2016, inquéritos policiais e ações penais em curso podem ser utilizados para afastar a causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, por indicarem que o agente se dedica a atividades criminosas.

3. No presente caso, verifica-se que o envolvido possui ação penal em andamento em razão de outro crime de tráfico, o que justifica o afastamento da figura privilegiada do delito, uma vez que indica a dedicação do acusado à atividade criminosa.

4. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator